

# CONHECER E SIGNIFICAR<sup>1</sup>

François RASTIER

Tradução de Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo estudar os conceitos de conhecimento e significação. Estes dois conceitos, que não estão relacionados de imediato, dão o conhecimento, uma relação com as ciências cognitivas e, pelo que significam uma conexão com a semiótica. Estas disciplinas que parecem distantes, não o são na verdade, uma vez que a semiótica filosófica sempre foi cognitiva e as ciências cognitivas buscam produzir conhecimento real, contando com linguagens formais.

**Palavras – Chaves: Conhecimento, significação, ciências cognitivas e semiótica**

**ABSTRACT:** This article aims to study the concepts of knowing and signifying. These two concepts, that aren't related immediately, bring us for the knowing a relationship with the cognitive sciences and for the signifying a nexus with semiotics. These disciplines that seem remote, aren't so actually, as philosophical semiotics have always been cognitive and cognitive science seek to produce real knowledge relying on formal languages.

**Keywords: Knowing, signifying, cognitive sciences, semiotics**

Este título evoca, por um lado, as pesquisas cognitivas, por outro a semiótica. Estes dois campos disciplinares, por si só, já muito díspares, opõem-se só na aparência. Academicamente, a semiótica, disciplina pouco estabelecida e financiada, tornou-se uma auxiliar das ciências da comunicação, enquanto que as ciências da cognição, prestigiadas e abastadas, baseiam-se no prestígio das ciências ditas "duras".

No entanto, a semiótica filosófica de Locke a Peirce e Eco sempre foi uma extensão da lógica e, como tal, uma teoria do conhecimento fundamentada na ontologia. Sua característica marcante consiste em insistir sobre o papel que os signos mentais têm na lógica das ideias e, portanto, do conhecimento. Na melhor das hipóteses, os signos linguísticos são sinais auxiliares da memória em particular, o que permanece em conformidade com a teoria instrumental da linguagem. Assim, Leibniz escreve que "melhor seria situar a verdade na relação entre objetos e ideias, fazendo com que uma

---

<sup>1</sup> RASTIER, François. *Conocer y Significar*. Stoa. Vol. 4, no. 7, 2013, pp. 7–26. ISSN 2007-1868

esteja coberta ou não pela outra. Não depende das línguas o que temos em comum com Deus e os Anjos... É, portanto, nessa relação que devemos colocar a verdade e podemos distinguir entre as verdades que são independentes da nossa vontade e as expressões que inventamos por capricho.<sup>2</sup> Basta dizer que a semiótica filosófica tem sido sempre cognitiva — ou que as ciências cognitivas prolongam e operacionalizam a lógica contemporânea em sua vontade de produzir conhecimentos verdadeiros, apoiando-se em linguagens formais: desde Frege até Chomsky, passando por Carnap. A semiótica das ciências cognitivas será apresentada e discutida na primeira parte deste trabalho.

De forma mais discreta, os dois verbos *conhecer e significar* evocam ações. No entanto, o cognitivismo lida com os conhecimentos, as referências, os estados de coisas, os signos, as significações como se fossem entidades estabelecidas que não devessem ser construídas de forma crítica, de modo que, hoje em dia, a representação dos conhecimentos, a construção de ontologias e o mesmo programa da Web Semântica se situam explicitamente na tradição ontológica.

Toda ontologia enfatiza mais as entidades que as relações que as constituem e pressupõe uma ordem do mundo a esquematizar. No entanto, precisamos de uma teoria da ação e, mais precisamente, das práticas dentro das quais se elaboram os conhecimentos uma vez que conhecer é aprender no sentido de uma prática social. Por fim, as performances semióticas se elaboram dentro de diferentes culturas que não são apreensíveis, nem pelas ciências cognitivas, nem pelas ciências da comunicação, de modo que as línguas e as culturas, criações contínuas, requerem uma praxeologia para descrever as transformações contínuas do mundo histórico.

Vinte anos após a publicação de *Sémantique et recherches cognitives* (1991), parece-nos útil fazer uma avaliação da situação para esclarecer o contexto científico do presente trabalho. Por um lado, a semiótica foi marcada pelo desenvolvimento do neo-saussurianismo, pela demanda social de construir e operacionalizar *corpus* digitais, assim como por uma interrogação às ciências da cultura. Por outro lado, as ciências cognitivas têm experimentado um grande crescimento no campo das neurociências e, embora alguns filósofos continuem a defender o programa de naturalização que as unificava e que supõe um reducionismo entre níveis de complexidade muito heterogêneos, numerosos cientistas o têm abandonado, à medida que o avanço do conhecimento contradizia suas principais premissas.

---

<sup>2</sup> Herbert H. Knecht, *La logique chez Leibniz: Essai sur Le rationalisme baroque*, Lausana, L'Âge d'homme, p. 139

## 1. SEMIÓTICA PARA DEBATE

Do ponto de vista institucional, a semiótica vem passando por uma disciplinarização do estruturalismo — de que preserva a ambição interdisciplinar, incluindo a transdisciplinar. A Associação Internacional de Semiótica se forma em 1969, em um momento de efervescência, quando o projeto racional do estruturalismo tinha sido julgado "superado" por autores como Barthes ou Kristeva.

A principal tentativa de sintetizar para unificar o campo da pesquisa em torno do conceito de semiótica geral (Eco, *Trattato di Semiotica Generale*, 1974) teve sem dúvida, o valor didático de unificar várias questões em princípios de grande generalidade, mas não resultou em um programa capaz de transformar a semiótica em uma disciplina autônoma. O mesmo aconteceu com o *Dictionnaire de sémiotique* de Greimas e Courtès (1979) que, por sua própria circularidade, supunha já constituída uma disciplina que ainda estava por ser construída.

Uma semiótica geral parecia dever fundamentar-se, ora na lógica filosófica ou filosofia da linguagem, das quais seria uma restrição, ora na linguística da qual seria uma extensão: a dualidade entre Peirce, filósofo puro e Saussure, linguista puro, pode entender-se assim<sup>3</sup>. Sustenta, no passado, a proposta de considerar a semiótica, não como uma disciplina, entre outras, mas como corpo teórico e um organismo metodológico para o conjunto das ciências da cultura. Esta concepção federativa teve, com toda evidência, pouco eco, dado que a disciplinarização crescente dos âmbitos da pesquisa tenha reduzido a parcela dos campos de reflexão.

*Condição da semiótica* — Algumas questões previas permanecem em aberto. Haveria ação possível para uma semiótica entendida como disciplina científica e não como filosofia da linguagem? Seria legítima sua institucionalização como disciplina?

(I) *Pode a semiótica escapar do universal?* — A semiótica (semiologia segundo Saussure) não é universal e recusa, portanto, as ações dos remanescentes hegelianos que, segundo Dilthey (em seu curso de 1907), afetavam, então, as “ciências do espírito”. Com efeito, desde o ponto de vista comparatista, a antropologia se fundamenta na etnologia e não inversamente.

---

<sup>3</sup> Desde a criação da Associação Internacional de Semiótica nos finais dos anos 70, geralmente se opõe Peirce a Saussure, obrigando, muitas vezes, a optar-se por um ou outro dos fundadores. Esta gigantomaquia é inútil já que os projetos de cada um não são comparáveis: Peirce é um filósofo de grande envergadura, um metafísico genial que afirma que o homem é um signo; Saussure, ao contrário, é um linguista que se resguarda de toda crença, inclusive de toda ontologia, devido a um horror sadio pela metafísica.

Saussure é um dos escassos pensadores que não prejulga universais cognitivos, enquanto que Lévi-Strauss alude, repetidamente, ao espírito humano. *O pensamento selvagem*, por exemplo, encerra-se, evocando-o. Sem dúvida, as hipóteses universais, sempre florescentes, favorecem os programas de naturalização.

Da mesma forma que a linguística geral constituiu-se mediante uma ruptura com as gramáticas da época clássica, a semiótica, considerada como uma disciplina geral e não universal, estabelece e resolve o problema dos universais, de um modo não realista, derivada da metodologia comparatista: os universais de método asseguram a comparabilidade dos objetos, entretanto os universais de procedimento permitem descrever suas especificidades.

(II) *Pode a semiótica escapar da transcendência do social?* — Precedida pela teoria humboldtiana da linguagem, a dualidade saussuriana entre língua e fala poderia livrar-se das contradições das duas sociologias contemporâneas de Saussure, a dos indivíduos e a das multidões, a de Tarde e a Durkheim. O humano não se reduz ao indivíduo e o sujeito linguístico é, por definição, um sujeito social. Mais ainda, dentro de uma concepção não totalizadora da sociedade e da língua, pode-se descrever o espaço das normas, eminentemente histórico e variável, no qual nada é absoluto e original e onde toda magnitude resulta de um processo de interpretação.

(III) *Pode a semiótica escapar da história?* — Em filosofia, após a crítica heideggeriana ao historicismo de Dilthey, tem-se evocado o histórico em nome de uma “historicidade”. Por outro lado, a reflexão histórica nas ciências sociais permaneceu deslegitimada, por um sincronismo esquecido e estático, como os das gramáticas universais e por uma busca ilusória das origens que se sustenta no neodarwinismo: a gramática universal chomskiana postula, assim, um órgão da linguagem, confiando-lhe uma missão etiológica.

As ciências sociais foram, na época de Saussure, ciências históricas e a teoria de Saussure é a acumulação madura e refundadora da linguística histórica e comparada. Desejando, por um lado, o acrônimo universalista, a relação da semiótica com o tempo deve ser aprofundada já que as culturas se movem em um tempo histórico particular: aquele da transmissão não métrica. Tem-se condenado, injustamente, o suposto estatismo do estruturalismo quando, precisamente, as indicações de Saussure permitem pensar esse tempo. Pela sua teoria da transformação entre mitos, Lévi-Strauss formula

condições de desdobramento do tempo interno das culturas.<sup>4</sup> Entretanto, a maior parte das semióticas que se desenvolve na atualidade continua sendo sincrônica ou acrônica.

(IV) *Confunde-se a semiótica com uma parte da antropologia, que seria a antropologia semiótica?* — Ela depende do que tenha vindo a chamar-se estruturalismo de uma axiomática. Por exemplo, aquele de uma semiótica formal como a de Peirce? No século XIX, a linguística foi tentada pelo modelo das ciências da vida, como o atesta a teoria darwiniana de Schleicher. No século XX, principalmente com Chomsky, apoiou-se na afinidade próxima entre a teoria das gramáticas e a teoria das linguagens formais para tentar incluí-la nas ciências lógico-formais. Hoje em dia, o fracasso dos programas de formalização e o apogeu do neodarwinismo renovaram os programas de naturalização: busca-se em vão o órgão da linguagem, descrevem-se, solenemente, pequenas novelas antropológicas sobre a origem da linguagem, descobrem-se “genes da linguagem”, etc. Estas pesquisas não nos ensinam nada, ou quase nada sobre as línguas. A diversidade das línguas continua sendo o problema fundador da linguística, diferenciando-se de outras disciplinas que tratam da linguagem (filosofia, sociologia, neurolinguística, etc).

Sem origem identificável por falta de dados, as línguas são criações coletivas que continuam todos os dias, já que cada um de seus usos as modifica potencialmente. Estão constituídos por textos orais ou escritos, ou seja, por objetos culturais produzidos no seio de práticas sociais que pertencem à história. O mesmo sucede com as outras performances semióticas: imagens, películas, músicas, etc.

*Sair do regime especulativo* — A semiótica tem sido, desde épocas antigas, uma disciplina especulativa que devia suas principais categorias à lógica — substituída pela semiótica, por Locke e, portanto, por Peirce.

Uma vez que Peirce era um agostiniano de confissão episcopal, a principal corrente da semiótica tem sido o aristotelismo, desenvolvido em tomismo (devemos aos dominicanos inumeráveis tratados sobre os signos) e, posteriormente, em neotomismo, em autores contemporâneos, como Eco, Deely, Benchat, Courtès. Como o método adotado é o classificatório, a classificação levanta um problema epistemológico, inclusive gnoseológico (vejam-se Eco, Kant e *El ornitorrinco*) daí o êxito da teoria dos protótipos que fundamenta a categorização como natural.

---

<sup>4</sup> Contudo, a antropologia de Lévi-Strauss deve muito mais aos ensinamentos ecléticos de Jakobson que a Saussure (além disso, reduzido ao Curso de Linguística Geral)

Os modelos semióticos são, ainda, tributários da milenar tradição gramatical. Não obstante, o conhecimento gramatical está, em geral, fundamentado em um processo de observação de regularidade e formulação de regras, que são validadas ou tornadas inválidas segundo o fato de serem ou não encontrados exemplos contrários. Constrói-se, assim, um modelo de língua (ou de sistema de signos)<sup>5</sup> em função de uma dualidade entre um léxico e uma gramática, entre uma lista de unidades e um conjunto de regras.

As gramáticas das línguas encontram, então, seu fundamento e, repetidas vezes, suas condições de formulação em um modelo de linguagem articulado a uma teoria do espírito, de tal sorte que as teorias da linguagem têm sido sempre cognitivas. Correlativamente, sempre estiveram fundamentadas em uma antologia, fazendo o signo, desde longo tempo, o papel do empírico. Enquanto o referente se postulava fora da língua, porém determinando, o sentido da realidade, proibia a esta contradizer nossas especulações.

Além disso, a objetividade imaginária do referente reduz a *doxa* ao essencial, cominando os prejuízos, como se pode ver hoje com as ontologias. Abandonando essa suposta objetividade, esse núcleo duro do ser (jogo duro do ser, segundo Eco), a semiótica se daria os meios para refletir sobre seus próprios procedimentos de objetivação, uma vez que os signos e os textos não vêm, em absoluto, dos dados, mas devem ser constituídos mediante a interpretação: convertem-se assim em uma empiria geral formada por verdadeiros objetos científicos e não em representações de coisas, ou de estados de coisas. Com Saussure, sem dúvida, o referente fica confinado à metafísica. O signo se rebela contra aquele.

A semiótica perdurou como um setor da filosofia até que Saussure projetou fundá-la de novo, a partir de uma ciência relativamente recente, a semiótica histórica e comparada. Daí surge uma descentralização múltipla: dos signos até os textos, da especulação até o método descritivo, da ontologia até a praxeologia, da lógica até a hermenêutica, da universalidade postulada até a multiplicidade diferenciada. Antes, simples ramo da lógica, a semiótica se converte, plenamente, em uma ciência da cultura quando Saussure a define como “o estudo dos signos e de sua vida dentro das sociedades humanas” (Caderno de Riedlinger). Enquanto que a ilustre fórmula do Curso

---

<sup>5</sup> Os modelos correntes em semióticas e em linguística não guardam relação definível com a teoria dos modelos. Em geral, são esquemas frequentemente representados por diagramas fora do texto. A dualidade semiótica entre texto e fora do texto parece assumir uma função de objetivação, já que a compatibilidade e a complementaridade entre língua e linguagem gráfica supõem propriedades invariantes do domínio representado, constituindo-o, assim, em domínio de objetividade.

de Linguística Geral (no seio da vida social) não conta com nenhuma fonte identificável, o plural daquela tem importância na medida em que supõe uma etnologia comparada e não uma antropologia filosófica, uma descrição das línguas e não uma filosofia da linguagem. A linguística comparada deriva de uma indagação epistemológica entre adversidade humana: daí seu fundamento antropológico em Humboldt, particularmente. Por outro lado, em sua dimensão histórica, tem como objetivo o de estabelecer e ler os *corpora* escritos, estendendo-se, presentemente, aos *corpora* orais.

A linguística é a semiótica das línguas, denominadas “naturais” por anglicismo, embora sejam culturais de ambos os lados — de tal forma que a semi-ignorância recíproca que demonstram a semiótica e a linguística permanece injustificada. Por outro lado, a semiótica contemporânea foi fundada, de novo, por linguistas como Saussure, Hjelmslev, Jakobson, Coseriu, Greimas, sem o que teria continuado sendo um ramo da lógica ou, em suma, da filosofia da linguagem. Por outro lado, os linguistas que, tradicionalmente privilegiaram a morfossintaxe, não concebem, em geral, o texto mais do que uma extensão do campo gramatical, cujas categorias transpõem em diversas macrossintaxes ou gramáticas do texto, uma vez que consideram a semiótica textual como uma extensão muito pouco científica do campo literário.

A semiótica dos textos se converteu se não em uma disciplina, pelo menos, em corrente de pesquisa científica durante os anos 60, com a publicação de *Seleções* de Jakobson, da *Semântica estrutural* de Greimas, dos primeiros tomos de *Mitologias*, da releitura de Georges Dumézil, Léo Sptzer, Vladimir Propp e do descobrimento das tradições retóricas (Barthes, Genette.). Por outro lado, excetuando o lógico Jerzy Pelc, todos os membros fundadores da *Associação Internacional de Semiótica* haviam trabalhado com textos e as semióticas não verbais permaneciam marginais no que diz respeito à semiótica dos textos.

As relações entre semiótica e linguística não foram mais bem elucidadas por isto: o texto parece inquietar os semioticistas, ao julgá-lo demasiadamente linguístico e aos linguistas por lhes parecer demasiadamente semiótico. Daí a escassez de pesquisas sobre problema de envergadura como o da semiótica textual: como permitem as estruturas textuais o acoplamento e solidariedade entre os planos da linguagem? Este problema que foi obliterado por modelos *atomistas* da semiótica, os quais se restringiam ao signo considerado arbitrariamente, não pertence, exclusivamente, à estilística, nem à

poética, e a linguística de *corpus* permite tratá-lo de acordo com novos caminhos. (O autor, 2011 b)

Fundada como ciência há apenas dois séculos, a linguística está atualmente renovando sua relação com o empírico, tanto em sua metodologia histórica e *comparativa*, como em sua epistemologia crítica. No tratamento dos *corpora* numéricos, sua instrumentação lhe proporciona acessos decisivos ao método experimental. Concretamente, a dualidade entre língua e fala se generaliza como uma dualidade entre normas e *corpus*, cujo princípio diz respeito ao conjunto das semióticas.

*A favor de um caminho federativo.* — Antes de Saussure, a semiótica sempre havia feito parte da filosofia da linguagem e, mais exatamente, da parte da lógica que trata da expressão das ideias. Na época moderna assim sucede, ainda, com a filosofia anglo-saxônica, de Locke à Pierce. Ao diversificar os objetos de estudo e as tradições intelectuais, o projeto comparatista e histórico das ciências da cultura permitiram abandonar o espaço especulativo das semióticas universais para construir uma semiótica geral, por sua vez, histórica e comparada.

Assume a tarefa de ler e descrever as culturas de maneira crítica. Em linguística, pode inspirar-se em Humboldt, Steinthal, Bréal, Meillet, Hjelmslev, Benveniste, Coseriu; em antropologia, em Boas, Lévi-Strauss, Geertz, Désveaux. Também se devem citar Erwin Panofsky em iconologia, Carlo Ginzburg em história, etc <sup>6</sup>.

As semióticas universais devem seu poder — em meu excessivo modo de ver — à sua abstração. Por exemplo, Eco que situa seu projeto dentro do marco da filosofia da linguagem, define o signo mediante a máxima escolástica *aliquid stat pro aliquo*. Do mesmo modo, Greimas confere universalidade à sua semiótica ao considerar as estruturas da expressão como variáveis de superfície de um único modelo constitucional, o que permite passar de uma semiótica a outra sem mudar as categorias, com o risco de projetar em toda a parte a mesma rede descritiva.

Todavia, definem-se semióticas específicas: a imagem, a linguagem, a música, nos seus meios de comunicação indiferenciados em relação à estrutura do pensamento

---

<sup>6</sup> Como as fontes tendem a multiplicar-se, torna-se necessário recordar a atualidade persistente do pensamento mais além das disciplinas vigentes. Fontes de inspiração que poderiam parecer remotas não perderam sua frescura, como *De lo sublime* do pseudo-Longino, *De doctrina Cristiana* de Santo Agostinho, que articula uma teoria do signo e uma teoria da interpretação dos textos, *Agudeza y arte de ingenio* de Baltasar Gracián, admirável tratado de semiótica textual, *Ciencia nueva* de Giambattista Vico, *os fragmentos* de Friedrich Schlegel, *a hermenêutica* de Schleiermacher, etc.

que os poderiam colocar em correspondência com um empírico inteligível, povoado de ideias puras ou de representações cognitivas. Por esta razão, faz tempo que defendemos um caminho federativo, o único capaz de permitir a descrição das interações entre as diferentes semióticas, por um lado e, por outro, de conduzir a um programa epistemológico comum às ciências da cultura.

*Singularidade do saussurianismo* — O estudo atual do saussurianismo ficou obscurecido pela estigmatização ritual de um “estruturalismo” abusivamente reduzido a teses universalistas e a uma espécie de binarismo jakobsoniano. Costuma-se amalgamar em demasia, sob a cômoda etiqueta de “estruturalismo”, o funcionalismo checo do período entre as guerras, a glossemática dinamarquesa, o distribucionalismo americano dos anos 1940 e o conglomerado periodístico Lacan – Greimas – Barthes – Levi-Strauss – Athusser – Foucault, julgado, em seguida, como superado na medida em que muitos estruturalistas se metamorfosearam, subitamente em pós-estruturalistas.

Sem dúvida alguma, o estruturalismo não ficou desmerecido por isto. Após o descobrimento em 1966, do manuscrito de Saussure intitulado *Sobre a dupla essência da linguagem*, um amplo movimento internacional de edição e reavaliação da obra de Saussure permitiu tornar antiquadas as simplificações dos editores do *Curso de Linguística Geral*. Não apenas descobrimos um pensamento complexo, como o fato de que ele nos permite relacionar os diferentes aspectos da obra de Saussure e, ao mesmo tempo, colocar em perspectiva o saussurianismo do século XX. Por isto, o “neo-saussurianismo” desempenha um papel importante na renovação da linguística.

Por seu não realismo de princípio, Saussure impõe uma ruptura silenciosa, porém efetiva, com a filosofia da linguagem, seja de tradição aristotélica (de Tomás de Aquino a Eco) ou agostiniana (de Occam a Locke e a Peirce). Aprofunda em Humboldt e rompe com a ontologia para consagrar-se, à metodologia e aos princípios de objetivação que permitem a redefinição da linguagem e das línguas.

Afastada tanto do dualismo como do monismo para pensar dualidades interdependentes, a semiótica saussuriana pode parecer arbitrária uma vez que não assume nenhuma hipótese sobre o espírito e o mundo; porém esta constituição lhe permite descobrir e descrever a legalidade própria do mundo simbólico. Assim, a releitura do *corpus* saussuriano e a problemática da diversidade cultural, associadas ao questionamento do etnocentrismo poderiam conduzir à retomada da metodologia

comparativa e histórica, tal como a pensa e reformula Saussure, para fazer daquela um organismo geral das ciências da cultura.

## 2. Por uma semiótica das culturas

*Duas concepções das ciências da cultura* — Para entender aquilo que está em jogo, convém retomar os resultados de um debate que permanece, em grande parte, implícito e que opõe, ou pelo menos, distingue, duas concepções das ciências da cultura. Tem-se apoiado na história do saussurianismo e do estruturalismo que surgiu dele. Com efeito, o saussurianismo tomou duas vias desigualmente representadas em seu desenvolvimento, a comparativa e a axiomática. Enquanto Saussure havia aludido em várias ocasiões a uma álgebra, seus estudos de textos, principalmente aqueles sobre as ondas germânicas, não problematizam desse modo a análise narrativa, permanecendo no marco comparatista.

Propp, na *Morfologia do conto* — texto independente da tradição saussuriana, porém considerado pelos estruturalistas como um estudo fundador — propunha uma modelização formal da análise da narrativa. Embora tenha uma aparência abstrata, as estruturas consideradas são invariantes dentro de um *corpus* e não têm valor calculatório. *As raízes históricas do conto maravilhoso*, obra posterior ignorada pelos estruturalistas e, ainda, inédita em francês, restitui a dimensão histórica e comparada dos estudos sobre a estrutura do conto popular russo.

Na tradição saussuriana propriamente dita e apesar de sua formação comparatista, será Hjelmslev quem mais se adentra no caminho. Depois de romper com a logística russelliana, a Teoria da Linguagem ou Glossemática é uma lógica que combina constantes com variáveis.

Por seu turno, a obra considerável de Lévi-Strauss começa formulando uma espécie de axiomática das relações de parentesco. As estruturas elementares do parentesco ver-se-ão refletidas, em seu método, trasladadas em outros objetos, particularmente em relatos e nos volumes da *Antropologia cultural*. Ao contrário, o grande ciclo de estudos das *Mitologias* apresenta, basicamente, uma ampla síntese comparatista sobre os mitos ameríndios. O projeto de formalização não é abandonado, porém é superado pela complexidade das transformações entre os mitos, o que somente a metáfora musicológica permite imaginar. O que une estas duas fases grosseiramente delineadas na obra de Lévi-Strauss é a hipótese cognitiva, ou pelo menos, a referência constante ao espírito humano, como em *Raça e história*. Se a axiomática e o método

comparatista se conciliam, então se deve à exclusão da história. Sem dúvida, os *corpora* estudados por Lévi-Strauss não estão fechados e podem, portanto, ser considerados em sincronia por padrão. A rejeição na história, porém, vai mais além quando se teoriza com uma crítica da diacronia.

Finalmente Greimas, de formação comparatista, proclama-se seguidor de Saussure e de Helmslev para edificar uma semiótica rapidamente transformada em lógica com o “quadrado semiótico” e uma representação proposicional dos relatos inspirada em Reichenbach que não cessará de reduzir-se até postular um nível narrativo fundamental constituído de três actantes e duas relações. Assim, mais uma vez, a axiomática prevalece sobre o comparativismo — empregado, sem dúvida, nas análises greimasianas dos contos lituanos.

A tensão axiomática conduz então a materializar modelações lógicas elementares em “modelos constitucionais”, correndo o risco de um empobrecimento que tem justificado em parte a breve desvalorização do estruturalismo. No entanto, o recurso das modalizações deveria permitir explicar a complexidade, em lugar de levar a simplificações ilusórias.

O axiomatismo depende *a priori* de uma gnosiologia: pretende-se explicar o complexo pelo simples, derivando-o deste. Esta epistemologia acrítica se impõe na base de golpes de força dogmática. Ao contrário, o comparativismo mostra sua fecundidade na medida em que encontra outra coisa que o busca; se a complexidade faz emergir o simples é para logo retornar à complexidade. Um esclarecimento epistemológico então se impõe: em razão de sua complexidade, os processos históricos não são formalizáveis de modo axiomático; não obstante, podem-se utilizar aproximações probabilísticas dentro de certos limites (em particular mediante o recurso da estatística).

Ao nascer o sentido de diferenças instauradas, interpretadas e reconfiguradas, os problemas de que se incumbe a semiótica se relacionam com a diversidade cultural e a história — e não com a unidade e a origem, questões mais metafísicas que científicas.

No entanto, o pensamento científico padrão ainda continua sendo tributário, a seu modo, da diferença ontológica entre o *Ser* e os *Estados*, mil vezes retomada de Platão a Heidegger.

Marcada com o selo do dualismo pitagórico, esta diferença não produz sentido, mas respalda uma concepção classificatória do conhecimento, também ilustrada hoje em dia pelas ontologias no âmbito da representação dos conhecimentos. Na lógica, a

diferença ontológica foi transformada na diferença entre tipo e ocorrência: considera-se que uma ocorrência pode ser descrita na medida em que pode estar relacionada com seu tipo — daí, por exemplo, o êxito universal da teoria dos protótipos. Somente as diferenças entre os tipos são tomadas em consideração, embora nenhuma metodologia empírica permita classificá-las.

*Especificidade da semiótica das culturas* — Voltemos à distinção que formulava Ferdinand Gonseth entre duas estratégias epistemológicas, a de fundamento e a de compromisso. Aparentemente, as ciências da cultura não têm acesso a estratégias de fundamento, salvo quando se fundamentam em Deus (as ciências humanas estavam, antigamente, subordinadas às ciências divinas) ou na Natureza (os programas de naturalização retomam esta subordinação, transpondo-a das ciências divinas para as ciências da natureza).

Embora possam, caso necessário, empregar modelações mais ou menos formais, as ciências da cultura não podem fundamentar-se dedutivamente. Têm, como objeto, sistemas de valores; porém um valor não se fundamenta, mas se experimenta ou se transmite em uma prática comum, compartilhando-se, mais ou menos conscientemente, de maneira contratual. Mesmo assim e paradoxalmente, enquanto suporte e concretização de valores, um objeto cultural não pode ser descrito se um não se contenta em repartir seus valores. Tratá-los pelo modo da evidencia não faria senão reforçar o conformismo e perpetuar a *doxa* da qual procedem esses valores. É este um dos paradoxos da observação participante nos *cultural studies*.

Na verdade, os valores não são descritíveis se não se estabelecer uma distância crítica: como se poderia descrever um sistema de valores sem que este fosse configurado pelo sistema de valores do observador que, nas ciências da cultura, é também um intérprete? Compreende-se, assim, a necessidade da dimensão crítica necessária a estas ciências: uma distância formal com relação ao preconceito, ao erro, a mentira, abrem a possibilidade de contextualizar suas observações para dar-lhes sentido.

A semiótica dos textos e de outras performances complexas se inscreve, por direito, em uma *semiótica das culturas*. Contudo, uma cultura é compreensível e, portanto, caracterizável de forma crítica somente e no sentido de um *corpus* constituído por outras culturas. Por esta razão, as ciências da cultura são verdadeiramente históricas e comparativas.

A semiótica das culturas permanece incompreendida na medida em que se opõe tanto ao universalismo cognitivo (que a seu modo acompanha a mundialização) como aos nacionalismos e aos vários comunitarismos para os quais as culturas são mônadas, no melhor dos casos, isoladas e lutadoras.

Deixamos aberta a questão de saber se a semiótica é uma ciência da cultura entre outras. A meu ver, creio que não seja uma disciplina, mas uma reflexão federativa que atinge o conjunto de ciências da cultura. Porém, estas ciências escapam aos cânones redutores da *Big Science* por sua dimensão crítica, sua dificuldade em provar com fatos não replicáveis, sua vontade de caracterizar objetos singulares, apesar de acreditar que só existe ciência do geral, portanto, em vias de dividir-se e repartir-se entre ciências da cognição (daí os ricos programas sobre a origem da linguagem) e disciplinas da comunicação. Na verdade, basicamente, este desmembramento delegaria, ao entretenimento, o problema da cultura nas indústrias da comunicação, dos meios de comunicação. Torna-se, portanto, imprescindível que as ciências da cultura delimitem suas especificidades epistemológicas: ciências dos valores e não dos atos, das condições e não das causas, dos indivíduos e não dos universais, dos processos e não dos seres, das ocorrências e não dos tipos. Não se fundamentam em ontologia, mas elaboram uma praxeologia.

Por mais que os objetos culturais dependam de suas condições de elaboração e de interpretação, os valores que concretizam podem, não obstante, serem objetivados como feitos. Estamos agora confrontando, por toda parte, os *corpora* numéricos, quer se tratem de música, de imagens fixas ou animadas, de bailes, de performances polissemióticas como o cinema, a opera, os rituais etc. A exigência científica de descrever tais *corpora* converge aqui com a demanda social, com os *corpora* numéricos, abrem-se, assim, novas perspectivas epistemológicas e metodológicas (para não dizer um projeto federativo) para as ciências da cultura.

Que seja de inspiração neotomista, agostiniana, fenomenológica, ou lógica-positivista, a filosofia da linguagem que sempre fez às vezes de semiótica até hoje, não é, desgraçadamente aqui, de nenhuma ajuda, por causa de sua inadequação epistemológica e indigência empírica, particularmente quando se trata de estabelecer um *corpus* de maneira crítica, variar os critérios de interrogação e interpretar os resultados das perguntas. A própria noção de *corpus* continua sendo estranha.

Pelo contrário, o saussurianismo renovado, devido a sua própria exigência metodológica, provou sua pertinência empírica. Isto se deve, principalmente, às suas relações, tanto com a filologia no diz respeito à seleção crítica e à catalogação de documentos, como com a hermenêutica, no que tange à interpretação de obras.

Assim, no sentido específico da semiótica, percebe-se a contradição maior que enfrentam as ciências da cultura: aqui se entende melhor a importância do debate epistemológico que se abre atualmente.

### **3- Ciências cognitivas e naturalização**

O dualismo que opõe a linguagem ao pensamento suscita, tradicionalmente, dificuldades. Assim, aconteceu com as gramáticas filosóficas da época clássica, de Port-Royal a Destutt de Tracy, que encontraram dificuldades para unir as irregularidades da língua com uma suposta universalidade do pensamento, do modo como as expressam as leis da lógica. Chomsky, em sua linguística cartesiana, reconheceu esta dificuldade e a transpõe às relações entre estruturas profundas (de formato lógico) e estruturas de superfície (linguística). Na mesma época, formulava os grandes princípios do cognitivismo ortodoxo, particularmente o *computacionalismo* que concebe o cérebro como imagem do computador e o programa de naturalização que se apoia na noção de código e supõe uma relação mais que analógica entre a língua, enquanto código de linguagem formal e o código genético. Não obstante, desde então, essas analogias se têm revelado sem fundamento, tanto para as línguas, como para o cérebro e o genoma.

(i) *A teoria das gramáticas adéqua-se, no âmbito das linguagens formais, com a teoria dos autômatos* — A gramática gerativa deriva dela, porém, apesar de suas múltiplas remodelações e sua capacidade descritiva, permanece débil, já que leva em consideração algumas propriedades sintáticas e fonológicas e se contenta com uma semântica rudimentar. O número de observáveis que abarca permanece muito restrito. Em vista disso, nada diz sobre a pontuação, ignora a noção de documento, a dimensão textual das línguas e as diferenças entre as línguas e os discursos. Por último, embora a linguística computacional devesse provar a permanência das gramáticas formais, não pode responder às demandas sociais surgidas com os *corpora* numéricos. Pelo contrário, a linguística de *corpus*, que emana das humanidades, ao empregar métodos essencialmente matemáticos, e não representações lógicas pôs em evidência novas observáveis e se mostrou eficaz em momentos cruciais como na busca de informações,

de tal forma que Chomsky teve que afirmar em 1999 que a linguística de *corpus* “não existia” (2011 b). Essa negação da realidade sancionava uma derrota.

(ii) A metáfora computacional cérebro-computador se sustentava na imagem já obsoleta de um cérebro puramente neuronal e cortical. O descobrimento do rol funcional de outras células cerebrais, como os astrócitos e células gliais, tem relegado o cérebro ligado ao conservatório ingênuo das imagens de Epinal.

(iii) O determinismo genético que fundamentava na natureza, o inatismo chomskiano e a universalidade da Gramática Universal, experimentou numerosos reveses. Enquanto se sucediam as declarações retumbantes com o progresso da sequenciação do genoma humano, a própria noção de código genético se debilitava. Não apenas o DNA não codificante tem valores funcionais, como também a expressão dos genes depende de múltiplos fatores do meio ambiente, aí incluída a alimentação, de tal maneira que se propagou a herança, em várias gerações, de caracteres adquiridos. Assim, a epigenética, que dá conta destes fatores, alçou-se, modernamente, como o domínio mais ativo da genética permitindo superar a falsa antinomia entre o inato e o adquirido.

Ligada à falsa antinomia entre natureza e cultura permanece, todavia, intacta nos programas de naturalização atuais que derivam do neodarwinismo. Se o prestígio do darwinismo permanece incólume, a extensão dos princípios darwinianos para além das ciências da vida levanta consideráveis problemas epistemológicos e éticos. Aplicadas, pela psicologia evolucionista a todos os âmbitos das sociedades humanas, da sexualidade à religião e à arte, as hipóteses neodarwinianas conduzem a reduções muito discutíveis. Por esta razão, constitui tarefa das ciências da cultura dar-se como objetivo e formular proposições que permitem dar conta das evoluções culturais, enquanto nele empreender a atualização das ciências cognitivas.

No século passado, as relações entre ciências da vida e ciências sociais sofreram duas simplificações. O dualismo de Dilthey, resultante do romantismo tardio, marca uma separação de princípio entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e as ciências da cultura (*Geisteswissenschaften*) que se verá refletida, de forma interessante, em autores como Rickert e, sobretudo, Cassirer. Pelo contrário, o monismo do positivismo lógico encarnado pelo Círculo de Viena sustenta a tese da unidade da ciência que conduzirá, certamente, aos experimentos de Popper, porém levará, também, a promover o modelo da *Big Science* que seduz, de forma durável, os executivos e insta

as ciências sociais a adotarem os cânones das ciências da natureza e da vida. Contudo, existem diferenças notáveis e, sem dúvida, irreduzíveis que atingem a escala dos fenômenos, o estatuto dos objetos descritos e o mesmo tipo de verdade — as ciências sociais nem sempre podem praticar a experimentação e não se inscrevem dentro do regime da prova demonstrativa.

O programa de naturalização que se estabeleceu com o cognitivismo durante os últimos cinquenta anos, com autores como Chomsky em linguística, Fodor em filosofia do espírito e Sperber em antropologia, foi formulado dentro das próprias ciências sociais, aí incluída a semiótica. Depois de um período de unificação associado às ciências lógico-formais, que deu lugar a toda classe de metáforas computacional, o programa de naturalização privilegia hoje as ciências da vida e, principalmente, a biologia: assim, para Chomsky, a linguística deve ser absorvida pela psicologia e esta, por sua vez, absorvida pela biologia. Contemporâneo do auge da genômica desde os anos 1950, depois do descobrimento do DNA, este programa é, explicitamente, reducionista, já que supõe uma determinação causal do biológico sobre o psíquico e logo sobre o linguístico.

A vontade dos cognitivistas para estabelecer uma explicação causal das culturas mediante fatores biológicos marca uma diferença notável no que diz respeito ao darwinismo. A imagem do código, metáfora determinista contemporânea da época da primeira cibernética, foi muito produtiva em genética: o código genético é invocado em todos os lugares. Porém, um código se executa incondicionalmente e não evolui, ao passo que o genoma de uma população evolui e o de um indivíduo se expressa sob certas condições: sabe-se hoje em dia que as propriedades variáveis do seu meio inibem ou favorecem sua expressão. O determinismo genômico (o genomismo) pretende explicar a totalidade do ser vivente por uma de suas partes, depreciando as diferenças de escala. Desde o momento em que se atribui ao genoma um valor explicativo e causal primordial, por uma extensão sem precedentes da oposição entre genótipo e fenótipo, os compartimentos podem definir-se como fenótipos. Na verdade, apesar de todas as pesquisas, não foi encontrado nenhum gene que codifique um comportamento, mas as culturas reduzidas a uma soma de comportamentos individuais veem-se, assim, “naturalizadas”. Na última seção deste livro, formularemos argumentos a favor de um programa de culturalização das ciências cognitivas.

Nos últimos cinquenta anos, as pesquisas cognitivas trataram de converter o problema filosófico da relação entre pensamento e linguagem, até então empenhado na filosofia, numa questão científica, quando não empírica e suscetível de experimentação.

As teorias do signo e do sentido têm aqui um papel crucial. Em que medida podem dividir-se, ou inclusive separar-se, os signos e o sentido, o pensamento e a linguagem? Para delinear algumas respostas, dispomos, como vimos, de duas classes de semióticas, umas inspiradas na lógica e na filosofia da linguagem, outras na linguística, principalmente, na de Saussure. Se, no âmbito das pesquisas cognitivas, tradicionalmente a semiótica lógica prevaleceu, a evolução da linguística cognitiva conduz a repensar o problema das relações entre conteúdo e expressão de acordo com as conquistas da linguística histórica e comparativa. Uma reconcepção da linguagem poderá, então, apoiar-se nos fundamentos antropológicos das ciências da cultura. Pode, também, formular-se o desejo de que a neurolinguística e a psicolinguística (parte da psicologia cognitiva) renovem suas hipóteses semióticas para chegar a um maior conhecimento... do conhecimento como interação e acoplamento com o entorno semiotizado.